

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO COM OS EMPREGADOS NAS EMPRESAS INDICADAS COMO AS MELHORES PARA SE TRABALHAR

RESUMO

Com base na relevância da participação dos empregados na constituição da riqueza das empresas e sob o arcabouço da teoria dos *stakeholders*, o presente estudo tem por objetivo investigar os níveis de distribuição de riqueza com os empregados nas “Melhores Empresas para Você Trabalhar”, segundo o *ranking* das revistas *Você S/A* e *Exame* (edição 2012), e em outras não participantes desse *ranking*, para confirmar se há diferença significativa entre esses dois grupos. A pesquisa descritiva reúne uma amostra de 42 empresas. A partir dos resultados obtidos, pôde-se inferir que as empresas participantes do *ranking* não adotam critérios ou possuem condições diferenciadas de distribuição da sua riqueza com os empregados, comparativamente às do segundo grupo, revelando que, sob o arcabouço da teoria dos *stakeholders*, a relação “contratual” com os empregados nesses dois grupos de empresas é similar. Pode-se ainda sugerir, sob o olhar da distribuição da riqueza com os empregados, que todas as empresas da amostra (independentemente de participar ou não do *ranking*) valorizam de forma semelhante o conhecimento humano que contribui para a geração da sua riqueza.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado. Distribuição da riqueza gerada. Melhores empresas para trabalhar.

1 INTRODUÇÃO

Devido ao processo de globalização dos mercados, o conhecimento do valor adicionado da entidade, que é agregado à economia do país, constitui informação de fundamental importância quando a entidade está inserida em um mercado competitivo. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é vista como uma nova dimensão de informação para os *stakeholders*, em comparação com as demonstrações contábeis tradicionais, pois estas sempre tiveram por finalidade divulgar informações econômicas sobre as empresas, em atendimento principalmente aos interesses de seus acionistas ou sócios e ao governo. De Luca *et al* (2009) enfatizam que a DVA tem a finalidade de identificar e divulgar o valor da riqueza gerada pela entidade e como essa riqueza foi distribuída entre os diversos agentes que contribuíram para sua geração, tais como empregados, financiadores, acionistas e governo.

Dentre os agentes que contribuem para a formação da riqueza das empresas, o presente estudo tem foco no grupo denominado “empregados”, na medida em que a valorização do elemento humano passou a ser discutida com maior frequência no mercado a cada dia mais globalizado e competitivo, pois, na busca pela qualidade e pelo menor custo, as organizações são cada vez mais dependentes do conhecimento humano para cumprimento de sua missão (ANTUNES *et al*, 2009).

Ashley, Coutinho e Tomei (2000) ressaltam que a literatura sobre cidadania empresarial, a qual só muito recentemente tem recebido maior atenção, vem destacando a gestão das relações da empresa com foco em dois grupos de *stakeholders*: os empregados (objeto desta investigação) e a comunidade em que a empresa está inserida. Nesse contexto, a base teórica que fundamenta essa afirmação e o presente estudo é a teoria dos *stakeholders*, segundo a qual os gestores devem, primeiramente, atender aos anseios dos *stakeholders*, para só depois desenvolver os objetivos da empresa (SILVEIRA; YOSHINAGA; BORBA, 2005). Freeman (1984, p. 6) define os *stakeholders* como “qualquer grupo ou indivíduo que afeta ou é afetado pela realização dos fins da corporação”. Em outras palavras, Donaldson e Preston (1995) informam que os *stakeholders* são identificados através dos danos e/ou benefícios reais

ou potenciais que experimentam ou experimentarão como consequência de ações ou omissões da empresa.

Santos (2008) considera que a DVA pode vir a ser muito útil, servindo de indicador para mensurar os investimentos com empregados, envolvendo as relações interpessoais e de poder, as tecnologias e a organização do trabalho, o ambiente, as políticas e os programas de gestão, refletindo a ampliação das responsabilidades, os objetivos e os desafios das tarefas do cargo, reconhecimento profissional e interação com a organização.

Os efeitos da apresentação de uma DVA são importantes, pois possibilitam uma análise que não pode, de forma alguma, ser alcançada por meio das demais demonstrações contábeis. A forma de distribuição de riqueza pode até mesmo derrubar determinados mitos, identificando, entre os agentes econômicos, os maiores ou menores beneficiários (SANTOS; CHAN; SILVA, 2007).

De Luca *et al* (2009) reforçam que a responsabilidade social de uma empresa é um compromisso com a sociedade, e que a DVA é um dos meios de prestação de contas do seu desempenho nesse campo, baseada na apropriação e uso de recursos que originalmente não lhe pertencem. É através da sociedade que a empresa se viabiliza, razão pela qual, portanto, deve prestar contas a ela.

Vale ressaltar que no passado as empresas, representadas pelos seus acionistas, tinham o seu objetivo definido quase que exclusivamente pela valorização do capital. De acordo com o Pronunciamento técnico CPC 09 (CPC, 2008), a DVA evidencia informações valiosas no auxílio à formulação de predições, sendo positiva em uma sociedade que demonstra crescente interesse pelas informações não só referentes à maximização do ganho dos acionistas investidores, mas também dos *stakeholders*, ou seja, dos empregados, fornecedores, credores, clientes, etc. Assim, na busca pela continuidade de suas atividades, as empresas procuram a maximização do retorno dos investimentos de seus acionistas, mas atendendo à demanda de informação de todos os *stakeholders*, já que se deve garantir a qualidade das informações atendendo à exigência de informações úteis, completas, corretas, surgindo nas organizações a necessidade de um conjunto de normas e diretrizes que ampliem seus princípios (NASCIMENTO; REGINATO, 2009).

Para Frezatti *et al* (2009, p. 206), “a teoria dos *stakeholders* pressupõe que a empresa constitui um conjunto de contratos que deve ser atendido para que a relação com seus constituintes, compostos pelos acionistas, empregados, fornecedores, governo, clientes e comunidade, seja satisfatória”. Dessa forma, é assegurado um adequado equilíbrio entre as expectativas oriundas da relação da empresa com os seus diversos constituintes.

Nesse contexto, considerando-se a relevância do agente “empregados”, o presente estudo espera responder à seguinte questão de pesquisa: Em que medida pode-se afirmar que as melhores empresas para se trabalhar, segundo o *ranking* das revistas *Você S/A* e *Exame*, distribuem maior parcela de riqueza com seus empregados?

Levando-se em conta a participação dos empregados na constituição da riqueza das empresas, já que as organizações dependem do conhecimento humano para atingir sua missão (ANTUNES *et al*, 2009) e, conseqüentemente, para a continuidade de suas operações, a hipótese da pesquisa é que há uma diferença estatisticamente significativa da distribuição da riqueza com os empregados quando se compara o grupo das participantes do *ranking* com o das demais.

O objetivo geral desta pesquisa consiste, portanto, em investigar o nível de distribuição de riqueza com os empregados entre as melhores empresas para se trabalhar participantes do *ranking* das revistas *Você S/A* e *Exame* e as demais. Nesse propósito, alguns objetivos específicos foram estabelecidos, a saber: (i) avaliar a composição do valor adicionado para os empregados entre as empresas da amostra do estudo; (ii) comparar a distribuição da riqueza com os empregados entre as empresas da amostra; e (iii) analisar o comportamento das variáveis no período de 2009 a 2011.

A pesquisa se justifica na medida em que, com base nos preceitos da teoria dos *stakeholders*, evidencia se as empresas do *ranking* distribuem mais riqueza com os empregados, quando comparadas com as demais. Cabe ressaltar que a pesquisa segue linha de raciocínio similar, mas com análise diferenciada daquela encontrada no estudo de Lima e Corrar (2009), que ao investigar se as empresas participantes do *ranking* apresentam melhor desempenho (crescimento, lucro líquido ajustado, rentabilidade do patrimônio líquido ajustado e riqueza criada) que as demais, constataram que as empresas do primeiro grupo apresentaram desempenho melhor se comparadas com as do segundo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Demonstração do Valor Adicionado

A DVA surgiu primeiramente na Europa, na década de 1960, principalmente por influência da Inglaterra, da França e da Alemanha, onde as exigências em relação à responsabilidade coletiva das empresas passaram a ser mais ostensivas. Associada ao surgimento, na mesma época, da figura do relatório social denominado Balanço Social, a DVA assumiu papel de destaque no cenário de grandes transformações econômicas, sendo um dos principais instrumentos utilizados nas relações sociais e econômicas das sociedades, auxiliando na análise de seus resultados. Vasconcelos (2001) entende a DVA como uma extensão necessária do Balanço Social, porque complementa a informação de natureza social.

Iudícibus *et al* (2010, p. 583) afirmam que “a DVA tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa como resultante de um esforço coletivo e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para sua criação.” Para tanto, a DVA mostra de maneira detalhada a formação da riqueza, revelando seus principais componentes: receitas, insumos adquiridos de terceiros e valores adicionados recebidos em transferência. A distribuição dessa riqueza também deve ser detalhada, da seguinte forma: pessoal e encargos; impostos, taxas e contribuições; juros e aluguéis; juros sobre capital próprio e dividendos; lucros retidos/prejuízos do exercício; e participação dos não-controladores nos lucros retidos, sendo este último exclusivo para a DVA consolidada.

Nota-se também que a elaboração da DVA deve levar em conta o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC 00 R1 (CPC, 2011), intitulado Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, e suas informações devem ser extraídas da contabilidade, considerada por Iudícibus (2010) uma ferramenta útil de controle para as atividades empresariais. Quanto às regras para a elaboração da DVA, destacam-se ainda os seguintes documentos: Deliberação CVM 557/2008 e NBC T 3.7 do Conselho Federal de Contabilidade (Resolução CFC 1.138/2008), que aprovam o modelo da DVA exposto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), através do CPC 09 (CPC, 2008).

Para os investidores e outros usuários, a DVA proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social e oferece a possibilidade de melhor avaliação das atividades da entidade na sociedade em que está inserida. Iudícibus *et al* (2010, p. 583)

acrescentam que “a DVA acaba por prestar informações a todos os agentes econômicos interessados na empresa, tais como empregados, clientes, fornecedores, financiadores e governo”. Nesse cenário, emerge a teoria dos *stakeholders*, segundo a qual as empresas devem ser socialmente responsáveis, administradas de acordo com o interesse público, e, portanto, devem prestar contas aos diversos *stakeholders*. Frooman (1999) comenta que, a fim de aplicar uma estratégia compatível com seus diversos *stakeholders*, a empresa deve antes procurar conhecê-los. Cabe, então, à teoria dos *stakeholders* fornecer um arcabouço teórico e a definição de meios para se identificar como os *stakeholders* influenciam o processo decisório de uma organização, e, como ratifica Ladeira (2009), é importante definir, medir e monitorar os interesses dos *stakeholders*, associando-os aos indicadores de desempenho organizacional.

Nesse contexto, destaca-se, por exemplo, a decisão de recebimento de investimento por uma comunidade (Município, Estado e União), que pode ter na DVA um instrumento de extrema utilidade. A DVA elaborada por segmento (tipos de cliente, atividades, produtos, área geográfica e outros) pode reunir informações ainda mais valiosas no auxílio à formulação de predições, verificando-se uma boa contribuição para o crescimento e desenvolvimento econômico de uma região e o seu vínculo com o desenvolvimento sustentável, inclusão social e ética ambiental.

No Brasil, a DVA tem sido objeto de diversos estudos acadêmicos. As abordagens têm sido igualmente diversas, compreendendo desde a aplicação do demonstrativo para subsidiar decisões em áreas distintas da contabilidade, como também para melhorar o entendimento da DVA. Dessa forma, apresentam-se, a seguir, em ordem cronológica, alguns estudos que abordam o tema DVA com objetivos diferentes e em diversos cenários.

2.2 Estudos empíricos anteriores

Por sua riqueza de informações sociais e econômicas, a DVA tem sido tema de diversas pesquisas no país, até mesmo antes de sua obrigatoriedade para as empresas de capital aberto que atuam no mercado brasileiro desde a aprovação da Lei n. 11.638/2007. Dessa forma, o presente tópico apresenta uma síntese de estudos empíricos, que de uma forma geral investigam a eficácia, a relevância informacional e a utilização da DVA como instrumento de mensuração de riqueza.

Cunha (2002) realizou pesquisa junto a 198 empresas, para avaliação do poder de aferição representado pela DVA. Constatou que os indicadores extraídos da DVA constituem excelentes instrumentos de avaliação da distribuição da riqueza à disposição da contabilidade para complementar as informações econômico-financeiras evidenciadas nas demais demonstrações. Por sua vez, cabe advertir que o estudo de Carmo *et al* (2011) – que investigou as práticas de evidenciação, mediante apresentação de informações adicionais contidas em notas explicativas nas empresas do setor de consumo não cíclico da BM&FBovespa no ano 2008, no que tange à elaboração, apresentação e compreensão da DVA – verificou a existência de uma lacuna entre a obrigatoriedade da publicação da DVA e a divulgação de informações adicionais que facilitem sua compreensão.

Cunha, Ribeiro e Santos (2005) investigaram a DVA como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. O principal objetivo da pesquisa consistiu em avaliar o poder de aferição da DVA como indicador de distribuição de riquezas com os diversos públicos de interesse, levando em conta uma amostra de 416 empresas extraídas do cadastro da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi). Os autores concluíram que a DVA constitui um excelente instrumento de apresentação da riqueza

produzida pelas empresas e de sua respectiva distribuição, porém sem o caráter de substituir outros indicadores igualmente importantes para o processo decisório organizacional.

O estudo de Santos, Chan e Silva (2007) procurou identificar os possíveis impactos da privatização sobre a forma de distribuição de riqueza das empresas, à luz da DVA, vindo a constatar que em relação à geração de riqueza ocorreu uma melhora significativa do desempenho das empresas, quando são feitas as comparações com o período anterior ao evento. Outra constatação do estudo foi a expressiva redução de gastos com pessoal nas empresas privatizadas, quando comparadas com as estatais.

Numa abordagem que guarda alguma semelhança com a pesquisa anterior, Braga (2008) verificou comparativamente a distribuição de riqueza entre empresas privadas e públicas. As análises estatísticas sugerem que entre os dois segmentos não há diferenças significativas para os empregados, financiadores e acionistas. Entretanto, entre o governo e os acionistas verificou-se uma acentuada diferença entre empresas públicas e as privadas.

O estudo de caso de Almeida *et al* (2009) na Petrobras investigou a riqueza produzida e distribuída com os *stakeholders*, por meio da análise das DVAs da empresa no período de 1998 a 2007. Os autores constataram que a produção de riqueza através de recursos próprios foi da ordem de 93%, enquanto a riqueza proveniente de terceiros correspondeu a 7%. O principal beneficiário da riqueza gerada pela Petrobras no período foi o governo, com 59,4% do total. Santos e Silva (2009) analisaram a distribuição do valor da riqueza gerada através da DVA, no setor de telefonia do Brasil, nos anos 2007 e 2008, constatando que a maior parte de sua riqueza se destina ao governo, vindo em seguida os financiadores, em terceiro lugar os acionistas e, por último, os empregados.

Boscov e Bispo (2010) utilizaram a DVA para analisar comparativamente a distribuição de riqueza entre empresas dos setores de serviço, comércio e indústria. Para tanto, os autores analisaram 3.378 demonstrações referentes ao período de 1997 a 2006, constatando que o setor de serviços é o que proporciona a maior distribuição a seus credores, enquanto os empregados do setor industrial são os que recebem a pior remuneração. Os resultados da pesquisa indicam ainda que nos setores comércio e serviço há grandes diferenças quanto ao percentual de distribuição de riqueza com credores e quanto à parcela de lucro retido.

Em pesquisa mais recente, Crippa e Coelho (2012) verificaram a relevância e o conteúdo informacional da DVA para empresas brasileiras, com vistas à identificação do impacto marginal do valor adicionado total a distribuir no retorno das ações. Os resultados da análise quantitativa da DVA indicam que o valor adicionado tem impacto marginal sobre os retornos das ações das empresas investigadas.

Assim como a pesquisa que se apresenta, alguns estudos sobre a DVA fizeram análises mais voltadas para os *stakeholders* empregados (CHAN; SILVA; MARTINS, 2007; MACHADO *et al*, 2009), conforme descrição abaixo.

Chan, Silva e Martins (2007) estudaram comparativamente a destinação de riqueza aos acionistas e aos empregados em empresas estatais e privadas do setor de serviços públicos no período de 1998 a 2002. Os testes estatísticos da pesquisa sugerem que as empresas privadas distribuem com empregados uma parcela menor da riqueza gerada, em comparação com as empresas estatais. Entretanto, não há evidência de que as estatais remunerem melhor os acionistas, diferindo de alguns estudos assemelhados. Machado *et al* (2009) investigaram se há diferença significativa entre empresas estatais e empresas privadas do setor elétrico brasileiro, relacionada à distribuição da riqueza gerada com os empregados, a partir da DVA e

do Balanço Social, no período de 2004 a 2007. Os resultados dos testes indicam que as empresas estatais gastam mais com empregados, e que a origem dessas diferenças se encontra na quantidade de funcionários, sendo que a partir de 2006, adicionalmente, também em função de maiores remunerações.

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de investigar o nível de distribuição de riqueza com os empregados entre as melhores empresas para se trabalhar participantes do *ranking* das revistas *Você S/A* e *Exame* e as demais, este estudo se caracteriza como descritivo e de natureza quantitativa, conforme tipologia de Collis e Hussey (2005). Assim, utiliza a coleta e a análise dos dados para responder à questão de pesquisa, com base na medição numérica e no uso da estatística como forma de descrever o comportamento da amostra.

A pesquisa se caracteriza também como documental, já que se baseia em levantamento de dados junto às Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) divulgadas pelas empresas da amostra e disponíveis no *website* da BM&FBovespa, nos dias 14 e 15 de agosto de 2012. Os dados da pesquisa são, portanto, secundários, tendo sido coletados das DVAs, que fazem parte das DFPs, e contemplam as informações consolidadas dos anos de 2009, 2010 e 2011.

Em consonância com os objetivos do estudo, foram extraídos das DVAs os seguintes dados: total geral de riqueza distribuída, total de riqueza distribuída com os empregados e valor distribuído com empregados a título de remuneração direta, benefícios, FGTS e outras espécies.

Inicialmente, aponta-se a mensuração de médias, valores mínimos, valores máximos, amplitudes, variâncias e desvios-padrão dos dados das empresas da amostra, ou seja, apresenta-se a estatística descritiva, para conhecimento dos aspectos gerais da amostra (STOCK; WATSON, 2004).

Para se testar a hipótese da pesquisa – há diferença estatisticamente significativa da distribuição da riqueza gerada com os empregados entre o grupo das participantes do *ranking* e o das demais empresas –, realizou-se uma comparação entre as médias dos dois grupos de empresas da amostra, ou estatística inferencial. Todas as empresas dos dois grupos têm ações negociadas na BM&FBovespa. A igualdade das duas médias compõe a hipótese nula da pesquisa. Para tanto, utiliza-se a estatística “t”, que representa um valor que deve ser confrontado a um intervalo de confiança. Se o valor se apresenta dentro do intervalo de confiança, aceita-se a hipótese nula. Caso contrário, rejeita-se a hipótese nula, podendo-se, então, inferir que os dois grupos praticam políticas diferenciadas no tocante à distribuição de riqueza com os empregados (STOCK; WATSON, 2004).

O Quadro 1 apresenta as empresas da amostra da pesquisa, distribuídas por setor de atividade, considerando os dois grupos. Partiu-se, inicialmente, de uma população de 150 empresas participantes do citado *ranking*. Em seguida foram selecionadas aquelas que simultaneamente estão listadas na BM&FBovespa (base julho/2012) com informações da DVA disponibilizadas nas DFPs. Esse critério reduziu a população para uma amostra parcial de 21 empresas que participam do *ranking* e são listadas na BM&FBovespa. Em seguida, foram selecionadas outras 21 empresas não participantes do *ranking*, dos mesmos segmentos econômicos da BM&FBovespa, para comparação quanto às práticas de distribuição do valor adicionado com os empregados, resultando em uma amostra final de 42 empresas.

Quadro 1 – Amostra da pesquisa

EMPRESAS LISTADAS NA BMF&BOVESPA		
Setor de atividade	Participantes do ranking das revistas Você S/A e Exame	Não participantes do ranking das revistas Você S/A e Exame
1	Embraer	Weg
2	Fras-le	Marcopolo
3	Randon	Metalúrgica Riosulense
4	Ecorodovias	Ecopistas
5	MRS Logística	ALL Paulista
6	Lojas Renner	Guararapes
7	Lojas Marisa	Arezzo
8	Magazine Luíza	Spring AS
9	Whirlpool	Via Varejo
10	Ambev	Pão de Açúcar
11	Amil Resgate Saúde	Odontoprev
12	Cacique	CAF Brasília
13	Bradesco	Banco Santander
14	Itaú	Banco do Brasil
15	Cielo	Cetip
16	Redecard	BM&FBovespa
17	Gerdau	Usiminas
18	Coelce	Coelba
19	CPFL Energia	Cosern
20	Elektro	Eletrobras
21	Tractebel Energia	Eletropaulo

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para se verificar se as empresas participantes do *ranking* distribuem mais riqueza com os empregados fez-se uma comparação dos dois grupos no tocante as médias dos respectivos percentuais distribuídos, utilizando-se o *software* para análise estatística SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences – Evaluation Version 16*). Foram comparadas também as médias dos respectivos percentuais das parcelas que compõem essa distribuição (remuneração direta, benefícios, FGTS e outras espécies).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Composição do valor adicionado para os empregados

Para atender ao primeiro objetivo específico, apresenta-se a estatística descritiva da composição dos valores distribuídos com os empregados (Remuneração direta, Benefícios, FGTS e Outras remunerações), representados no item Pessoal, da segunda parte da DVA. A Tabela 1 apresenta a estatística descritiva dos dados da Remuneração direta referentes aos dois grupos – empresas participantes do *ranking* e empresas não participantes –, no período de 2009 a 2011.

Tabela 1 – Estatística Descritiva – Remuneração Direta

Grupo	N	Range	Mín	Máx	Mean	Std Dev	Var
Participantes do ranking	54	98,26	1,00	99,26	64,40	26,15	684,07
Não participantes do ranking	56	86,19	1,00	87,19	59,79	29,44	866,74
Valid N (listwise)	52						

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se uma proximidade numérica entre os dois grupos no que tange à distribuição da riqueza com empregados sob a forma de remuneração direta, em aspectos como amplitudes, valores mínimos, valores máximos, médias, desvios e variâncias. Essa proximidade impossibilita a formulação de conclusão acerca das melhores condições de remuneração direta entre os dois grupos. Por outro lado, numa comparação grupo a grupo, verifica-se uma acentuada diferença entre o menor e o maior valor distribuído com remuneração direta para os empregados.

A Tabela 2 apresenta a estatística descritiva do item Benefícios referente aos dois grupos de empresas analisados.

Tabela 2 – Estatística Descritiva – Benefícios

Grupo	N	Range	Mín	Máx	Mean	Std Dev	Var
Participantes do ranking	52	27,05	,60	27,65	14,65	6,24	38,95
Não Participantes	51	25,05	1,13	26,18	12,58	6,65	44,27
Valid N (listwise)	46						

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme evidenciado na Tabela 2, todas as métricas relacionadas aos benefícios também apresentam proximidade numérica entre os dois grupos, impossibilitando extrair quaisquer conclusões sobre a melhor remuneração da categoria Benefícios, no período de 2009 a 2011. Ademais, numa comparação grupo a grupo, constata-se uma acentuada diferença entre o menor e o maior valor distribuído com os empregados a título de benefícios.

A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva do item FGTS.

Tabela 3 – Estatística Descritiva – FGTS

Grupo	N	Range	Mín	Máx	Mean	Std Dev	Var
Participantes do ranking	44	12,89	,23	13,12	5,63	2,00	4,01
Não Participantes	51	15,51	3,17	18,68	6,97	3,83	14,68
Valid N (listwise)	39						

Fonte: Dados da pesquisa.

Similarmente às demais análises, os números indicam uma proximidade numérica entre os dois grupos. Constata-se ainda uma diferença entre o menor e o maior valor distribuído com os empregados no tocante ao FGTS.

A Tabela 4 apresenta a estatística descritiva do item Outras remunerações.

Tabela 4 – Estatística Descritiva – Outras Remunerações

Grupo	N	Range	Mín	Máx	Mean	Std Dev	Var
Participantes do ranking	22	16,97	1,50	18,47	9,84	5,71	32,56
Não Participantes	29	55,86	-9,69	46,17	9,92	14,31	204,72
Valid N (listwise)	12						

Fonte: Dados da pesquisa.

Para esse item, não se observa proximidade numérica entre os dois grupos no que tange às métricas de amplitudes, valores mínimos, valores máximos, médias, desvios e variâncias. Destaque-se que as médias se apresentam com valores muito próximos e que há uma acentuada diferença entre o menor e o maior valor de Outras remunerações distribuídas com os empregados.

4.2 Comparação da riqueza distribuída com os empregados por parcela de remuneração entre os grupos da amostra

Para atender ao segundo objetivo específico, compararam-se as médias da composição dos valores distribuídos com os empregados (Remuneração direta, Benefícios, FGTS e Outras remunerações) entre os dois grupos de empresas da amostra, constituindo a estatística inferencial. Inicialmente, por meio do teste de médias entre os grupos, a Tabela 5 mostra o resultado correspondente à parcela da Remuneração direta distribuída aos empregados.

Tabela 5 – Teste de Médias – Remuneração Direta

Remuneração Direta Participantes do ranking e Não Participantes	Paired Differences				T	Df	Sig. (2-tailed)	
	Mean	Std Dev	Std Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
				Lower				Upper
2009 a 2011	4,52	42,49	5,89	-7,31	16,35	,77	51	,45

Fonte: Dados da pesquisa.

O “t” de 0,77, portanto, dentro do intervalo de confiança ($-7,31 < 0,77 < 16,35$), indica que a média do grupo de empresas participantes do *ranking* é igual à do grupo de empresas não participantes. Dessa forma, pode-se inferir que as empresas participantes do *ranking*, em geral, não diferem das empresas não participantes em valores distribuídos de remuneração direta, contrariando a hipótese da pesquisa.

A Tabela 6 apresenta o teste de médias entre os dois grupos de empresas, considerando o valor de Benefícios distribuídos com os empregados.

Tabela 6 – Teste de Médias – Benefícios

Benefícios Participantes do ranking e Não Participantes	Paired Differences					t	Df	Sig. (2-tailed)
	Mean	Std Dev	Std Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
				Lower	Upper			
2009 a 2011	1,97	9,63	1,42	-,89	4,83	1,39	45,00	,17

Fonte: Dados da pesquisa.

De forma similar ao resultado do teste anterior com a parcela da riqueza distribuída com os empregados sob a forma de Remuneração direta, pode-se inferir, a partir dos dados da Tabela 6 (“t” de 1,39, no intervalo de confiança ($-0,89 < 1,39 < 4,83$)), que as empresas participantes do *ranking*, em geral, não diferem das demais em valores de benefícios, contrariando igualmente a hipótese da pesquisa.

Com relação aos valores distribuídos com os empregados sob a forma de FGTS, a Tabela 7 apresenta os resultados do teste de médias.

Tabela 7 – Teste de Médias – FGTS

FGTS Participantes do ranking e Não Participantes	Paired Differences					T	df	Sig. (2-tailed)
	Mean	Std. Dev	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
				Lower	Upper			
2009 a 2011	-1,53	4,36	,70	-2,94	-,11	-2,19	38,00	,03

Fonte: Dados da pesquisa.

O “t” do teste de -2,19, portanto dentro do intervalo de confiança ($-2,94 < -2,19 < -0,11$), indica também a igualdade entre as médias dos dois grupos da amostra analisada. Assim, pode-se inferir que as empresas participantes do *ranking*, em geral, não diferem das empresas não participantes, em valores distribuídos sob a forma de FGTS, rejeitando-se a hipótese da pesquisa.

Por último, a Tabela 8 apresenta o teste de médias entre os grupos de empresas, considerando o valor de Outras remunerações distribuídas com os empregados.

Tabela 8 – Teste de Médias – Outras remunerações

Outras remunerações Participantes do ranking e Não Participantes	Paired Differences					T	df	Sig. (2-tailed)
	Mean	Std. Dev	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
				Lower	Upper			
Pair 1	-3,67	15,17	4,38	-13,31	5,97	-,84	11,00	,42

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados apresentados na Tabela 8 (“t” de -0,84, no intervalo de confiança ($-13,31 < -0,84 < 5,97$)) indicam também a igualdade entre os dois grupos analisados, considerando-se a parcela Outras remunerações distribuídas com os empregados.

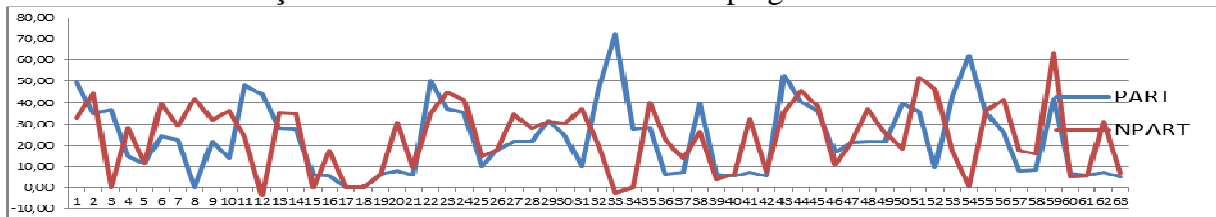
Assim, considerando-se os resultados até aqui apresentados, assim como cada uma das parcelas que compõem a riqueza distribuída com os empregados, rejeita-se a hipótese de que há diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos de empresas.

De forma aproximada, Braga (2008) também não encontrou diferenças significativas quanto à distribuição do valor adicionado com os empregados, financiadores e acionistas (juros sobre o capital próprio e dividendos) entre as empresas públicas e privadas. Por outro lado, Boscov e Bispo (2010) evidenciaram que o setor industrial é o que proporciona a pior distribuição com os empregados, comparando-se-o com os setores serviços e comércio.

4.3 Comportamento do valor distribuído com os empregados no período de 2009 a 2011

Em atendimento ao terceiro objetivo específico, analisou-se o comportamento do total das variáveis no período de 2009 a 2011 (Gráficos 1 e 2).

Gráfico 1 – Distribuição do valor adicionado com os empregados – 2009 a 2011



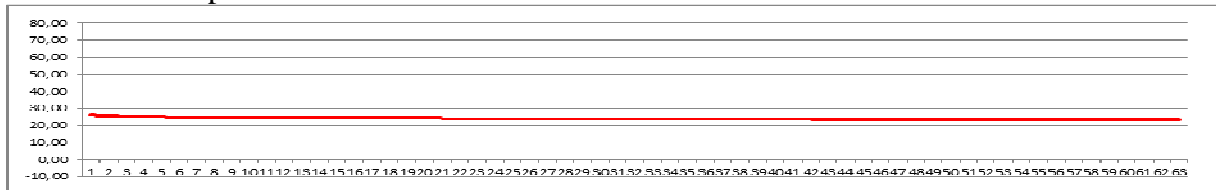
Fonte: Dados da pesquisa.

No eixo Y verificam-se os percentuais de distribuição do valor adicionado com os empregados, variando de -10 a 80. No eixo X apresentam-se as empresas da amostra, numeradas de 1 a 63 (21 para cada ano). O ano 2009 corresponde ao intervalo de 1 a 21. Em 2010, verifica-se o intervalo de 22 a 42. O ano 2011 corresponde ao intervalo de 43 a 63. Observa-se uma não-linearidade com relação à distribuição da riqueza entre as empresas participantes do *ranking* (linha azul) e as não participantes (linha vermelha).

O Gráfico 1 mostra que os comportamentos dos dois grupos de empresas da amostra quanto às remunerações destinadas aos empregados, ao longo dos três anos estudados, não apresentam diferenças relevantes, sugerindo que, independentemente de participarem ou não do *ranking*, as empresas não utilizam critérios divergentes para distribuição de riqueza com seus empregados, conforme já evidenciado nas análises anteriores.

O Gráfico 2 traz a curva com tratamento exponencial da tendência de distribuição, considerando as variáveis da amostra.

Gráfico 2 – Linha de tendência – Distribuição do valor adicionado com os empregados, considerando o período de 2009 a 2011



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que as empresas apresentam uma tendência a remunerar os empregados pelos mesmos critérios do período estudado, não revelando quaisquer movimentos para aumento ou diminuição dos percentuais de remuneração praticados, nem tampouco se evidenciam melhorias nas práticas de remuneração das empresas participantes do *ranking*.

Os resultados corroboram os achados de Cunha, Ribeiro e Santos (2005) em estudo que reuniu 416 empresas, ao ressaltar a excelência da DVA como instrumento de apresentação da riqueza por elas produzida e distribuída, evidenciando que

independentemente da participação ou não da empresa em *ranking* seletivo, todas praticam uma distribuição bastante similar.

4.4 Síntese dos resultados

Para responder à questão de pesquisa e atender ao objetivo principal de investigar o nível de distribuição de riqueza com os empregados entre as empresas do *ranking* e as demais, seguem-se as análises levando em conta a distribuição da riqueza total das empresas com os empregados. Para efeito de comparação, esses valores foram relativizados, levando-se em consideração o valor adicionado total distribuído com os *stakeholders* (distribuição do valor adicionado com os empregados / distribuição do valor adicionado com os *stakeholders*). A Tabela 9 apresenta a estatística descritiva da amostra, segmentada em empresas que participam e não participam do *ranking*.

Tabela 9 – Estatística Descritiva – Distribuição da riqueza com os empregados

Grupo	N	Range	Mín	Máx	Mean	Std Dev	Var
Participantes do ranking	60	67,06	5,31	72,37	24,49	16,59	275,12
Não Participantes	56	62,80	,72	63,52	27,07	14,06	197,85
Valid N (listwise)	55						

Fonte: Dados da pesquisa.

Observam-se proximidades numéricas entre os valores dos dois grupos de empresas da amostra para as métricas de amplitudes, valores mínimos, valores máximos, médias, desvios e variâncias. Tais proximidades impossibilitam a formulação de conclusões sobre diferentes condições de distribuição entre as empresas participantes do *ranking* e as não participantes. Destaca-se, no entanto, que, na comparação entre os dois grupos, percebe-se uma acentuada diferença entre o menor e o maior valor distribuído com os empregados

Em seguida, fez-se uso do teste de médias entre os grupos, considerando o valor total distribuído com os empregados, conforme Tabela 10.

Tabela 10 – Teste de Médias – Distribuição da riqueza com os empregados

DVA Empregados Participantes e Não Participantes	Paired Differences				T	df	Sig. (2-tailed)	
	Mean	Std Dev	Std Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
				Lower				Upper
2009 a 2011	-3,48	16,15	2,18	-7,85	,89	-1,66	54	,116

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos dados da Tabela 10 (“t” de -1,66, no intervalo de confiança (-7,85<-1,66<0,89)), pode-se inferir que as empresas participantes do *ranking*, em geral, não diferem estatisticamente das demais no que tange à distribuição de valores adicionados com os empregados, contrariando a hipótese da pesquisa. Esse resultado se soma aos achados de Braga (2008), que realizou comparação, quanto à distribuição de riqueza, entre empresas privadas e empresas públicas. As análises estatísticas levaram o pesquisador a concluir que não há diferenças significativas entre os segmentos para os empregados, financiadores e acionistas (juros sobre o capital próprio e dividendos).

Destaque-se, no entanto, que os resultados aqui encontrados diferem dos de Chan, Silva e Martins (2007), que encontraram diferença ao comparar a destinação da riqueza para os acionistas e os empregados entre as empresas públicas e as empresas privadas. Os testes realizados na referida pesquisa empírica sinalizam que as empresas privadas remuneram menos seus empregados do que as entidades públicas, porém as evidências não apontam para uma melhor distribuição com os acionistas.

Ressalte-se que, de acordo com as análises realizadas, os achados corroboram os resultados de Conzensa (2003) e Cunha, Ribeiro e Santos (2005) no tocante a sua capacidade informacional, já que a DVA evidencia de forma clara a riqueza criada pela empresa e sua distribuição, possibilitando verificar aumento ou redução da capacidade de geração de riqueza, analisar a sua distribuição e identificar a geração e distribuição entre os vários agentes que contribuem para aumentar ou reduzir o valor adicionado líquido, dentre outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou investigar o nível de distribuição de riqueza com os empregados entre as melhores empresas para se trabalhar, conforme o *ranking* das revistas *Você S/A* e *Exame*, edição 2012, e as demais, dentre as companhias listadas na BM&FBovespa, em agosto de 2012. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, por meio da análise de dados extraídos das DVAs referentes aos exercícios de 2009, 2010 e 2011, de uma amostra que reuniu 42 empresas, sendo 21 de cada um dos dois citados grupos – empresas participantes do *ranking* e empresas não participantes.

Os testes estatísticos apresentam evidências de não diferenciação de critérios para distribuição de riqueza com os empregados entre as empresas que participam do *ranking* e aquelas não participantes, sugerindo a rejeição da hipótese de que há diferença significativa da distribuição da riqueza com os empregados entre o grupo das melhores empresas para se trabalhar, participantes do *ranking* das revistas *Você S/A* e *Exame*, e o das empresas não participantes do referido *ranking*.

De forma mais detalhada, resultado similar foi encontrado ao se comparar a distribuição com os empregados, por parcela que compõe essa distribuição (Remuneração direta, Benefícios, FGTS e Outras remunerações); ou seja, os grupos estudados apresentam comportamentos similares ao se levar em conta cada parcela da distribuição da riqueza com os empregados.

Conclui-se, portanto, que as empresas participantes do *ranking* não adotam critérios ou possuem condições diferenciadas de distribuição da sua riqueza com os empregados, comparativamente às empresas não participantes, revelando que, sob o arcabouço da teoria dos *stakeholders*, a relação “contratual” com os empregados nesses dois grupos de empresas é similar. Pode-se ainda sugerir, sob o olhar da distribuição da riqueza com os empregados, que todas as empresas da amostra (independentemente de participar ou não do *ranking*) valorizam de forma semelhante os seus empregados.

Constituem limitações desta pesquisa, dentre outras, o curto período analisado, o número não significativo de empresas analisadas e as técnicas estatísticas utilizadas. Dessa forma, faz-se oportuno, para corroborar ou refutar os achados aqui anunciados, a realização de estudos com aplicação de técnicas estatísticas mais robustas, como correlação e regressão e dados em painel. Técnicas qualitativas mais sofisticadas também são indicadas, considerando aspectos sociais e humanos inerentes às informações evidenciadas na DVA das empresas.

Novas pesquisas são recomendadas, sobretudo envolvendo maior número de empresas e de setores, regiões e atividades específicas que se caracterizem ou não como grandes organizações, e seus resultados devem ser confrontados para auferir novas descobertas, procurando gerar e analisar outros indicadores financeiros e sociais que possibilitem comprovar para os diversos interessados a utilidade da DVA para subsidiar as decisões dos gestores das empresas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. S. *et al.* A utilização do valor adicionado na análise da produção e distribuição de riqueza entre os stakeholders: um estudo de caso da Petrobras. **Revista de Informação Contábil**, v. 3, n. 1, p. 134-148, jan./mar. 2009.
- ANTUNES, M. T. P. *et al.* Análise empírica da percepção dos gestores de controladoria e de recursos humanos sobre a contribuição do capital humano para a criação de vantagem competitiva em empresas brasileiras. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO*, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2009.
- ASHLEY, P. A.; COUTINHO, R. B. G.; TOMEI, P. A. Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO*, 24., 2000, Florianópolis. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2000.
- BOSCOV, C.; BISPO, J. S. A comparação da distribuição de riqueza gerada entre os setores de serviço, comércio e indústria. **Revista Contexto**, v. 10, n. 17, p. 59-70, jan./jun. 2010.
- BRAGA, P. T. S. **Demonstração do valor adicionado (DVA):** um estudo comparativo do perfil de distribuição de riqueza pelas empresas estatais e privadas do Brasil. 2008. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
- BRASIL. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
- CARMO, C. R. S. *et al.* Demonstração do valor adicionado: evidenciação de informações adicionais nas empresas brasileiras de capital aberto do setor sucroalcooleiro. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, v. 16, n. 2, p. 13-29, maio/ago. 2011.
- CHAN, B. L.; SILVA, F. L.; MARTINS, G. A. Destinação de riqueza aos acionistas e aos empregados: comparação entre empresas estatais e privadas. **Revista Administração Contemporânea**, v. 11, n. 4, p. 199-218, out./dez. 2007.
- COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração:** um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- CONSENZA, J. P. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. **Revista Contabilidade & Finanças**, ed. comemorativa, ano 14., p. 7-29, out. 2003.
- CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 00 R1** – Estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 10 ago. 2012.
- _____. **Pronunciamento técnico CPC 09** – Demonstração do valor adicionado (DVA). 2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 ago. 2012.
- CRIPPA, M.; COELHO, A. C. D. Relevância e conteúdo informacional da demonstração do valor adicionado: evidências para o Brasil. *In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS – ANPCONT*, 6., 2012. **Anais...** Florianópolis: Anpcont, 2012.

- CUNHA, J. V. A. L. **Demonstração contábil do valor adicionado – DVA:** um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários. 2002. 186 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- _____; RIBEIRO, M. S.; SANTOS, A. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição de riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças**, n. 37, p. 7-23, jan./abr. 2005.
- DE LUCA, M. M. M. *et al.* **Demonstração do valor adicionado.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 1, p. 65-91, 1995.
- FREEMAN, E. **Strategic management:** a stakeholder approach. Boston: Pitman, 1984.
- FREZATTI, F. *et al.* **Controle gerencial:** uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009.
- FROOMAN, J. Stakeholder influence strategies. **Academy of Management Review**, v. 24, n. 2, p. 191-205, 1999.
- IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- _____ *et al.* **Manual de contabilidade societária:** aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.
- LADEIRA, D. L. **Teoria dos stakeholders no contexto da governança corporativa.** 2009. 104 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2009.
- LIMA, E. M.; CORRAR, L. J. Comparação de desempenho entre as empresas melhores e maiores apontadas como melhores para trabalhar. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, v. 14, n. 3, p. 27-43, set./dez. 2009.
- MACHADO, E. A. *et al.* Destinação de riqueza aos empregados no Brasil: comparação entre empresas estatais e privadas do setor elétrico (2004-2007). **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, n. 50, p. 110-122, maio/ago. 2009.
- NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. **Controladoria:** um enfoque na eficácia organizacional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- SANTOS, A. **Demonstração do valor adicionado.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- _____; CHAN, B. L.; SILVA, F. L. Análise dos impactos da privatização na distribuição de riqueza a partir da demonstração do valor adicionado. **Revista Universo Contábil**, v. 3, n. 1, p. 6-21, maio/ago. 2007.
- SANTOS, M. I. C.; SILVA, M. S. Utilização da demonstração do valor adicionado – DVA como ferramenta na medição da riqueza no setor de telefonia no Brasil. **Pensar Contábil**, v. 11, n. 46, p. 39-45, out./dez. 2009.
- SILVEIRA, A. D. M.; YOSHINAGA, C. E.; BORBA, P. R. F. Crítica à teoria dos stakeholders como função-objetivo corporativo. **Caderno de Pesquisas em Administração**, v. 12, n. 1, p. 33-42, 2005.
- STOCK, J. H.; WATSON, M. W. **Econometria.** São Paulo: AddisonWesley, 2004.



*Desafios e Tendências
da Normatização Contábil*

VASCONCELOS, Y. L. Melhorando a qualidade da informação no balanço social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 132, p. 83-95, nov./dez. 2001.

VOCÊ S/A & EXAME. **As melhores empresas para você trabalhar**. Edição de 15 anos. Set. 2011.